

## Direito Processual do Trabalho

### Página 581

#### INCLUSÃO DE QUESTÕES

**1. (FGV – XXXVI Exame de Ordem Unificado).** Amanda ajuizou reclamação trabalhista contra a Sociedade Empresária Brinquedos Infantis Ltda., na qual atuou como caixa durante 7 meses. A reclamada foi citada e apresentou defesa sem sigilo no sistema Pje, com os documentos correspondentes, 2 dias antes da audiência.

No dia da audiência, feito o pregão, a juíza tentou a conciliação entre as partes, sem sucesso. Então, recebeu formalmente a defesa e deu vista à advogada da autora. Após analisar a contestação em mesa, a advogada de Amanda pediu a palavra pela ordem e requereu a desistência da reclamação trabalhista, com o que não concordou o advogado da reclamada.

Considerando a situação e as normas previstas na CLT, assinale a afirmativa correta.

- A) A desistência pode ser homologada, porque requerida antes do início da instrução.
- B) O requerimento deve ser homologado pelo magistrado, uma vez que a desistência jamais depende da concordância do reclamado.
- C) A desistência não poderá ser homologada, porque tendo a contestação sido oferecida, a desistência depende da concordância do reclamado.**
- D) O requerimento não pode ser atendido, porque tanto a desistência quanto a renúncia dependem de aquiescência do reclamado se a defesa tiver sido apresentada sem sigilo.

**Gabarito: C**

**Comentários:** A desistência da reclamação trabalhista pode ser efetuada livremente pelo autor até o momento do oferecimento da contestação. Assim, uma vez apresentada a peça de defesa, a desistência da ação está condicionada ao consentimento do reclamado, nos termos do art. 841, § 3º, da CLT.

**2. (FGV – XXXVI Exame de Ordem Unificado).** No bojo de uma execução trabalhista, o juízo, a requerimento da exequente, utilizou todas as ferramentas tecnológicas disponíveis para tentar apreender dinheiro ou bens do executado, não tendo sucesso.

O juízo, também a requerimento da exequente, deferiu a instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica (IDPJ) em face dos sócios, que foram citados e se manifestaram. Diante dos argumentos apresentados, o IDPJ foi julgado improcedente, isentando os sócios de qualquer responsabilidade.

Considerando a situação de fato e a previsão legal, assinale a afirmativa correta.

A) A exequente poderá interpor recurso de agravo de petição.

B) Não caberá recurso da decisão em referência por ser interlocutória.

C) Caberá à exequente, se desejar, interpor recurso ordinário.

D) A exequente poderá interpor agravo de instrumento.

Gabarito: A

**Comentários:** O pedido de desconsideração da personalidade jurídica para direcionamento da execução para o patrimônio dos sócios atrai uma decisão interlocutória. Nesse cenário, à despeito da natureza da decisão, não se aplica o princípio da irrecorribilidade imediata das decisões interlocutórias, pois o art. 855-A, § 1º, II, estabelece que na execução será possível interpor, de maneira imediata, o agravo de petição.

**3. (FGV – XXXVI Exame de Ordem Unificado).** Numa execução trabalhista, o juiz homologou os cálculos do exequente, declarando devido o valor de R\$ 30.000,00.

Instado a pagar voluntariamente a dívida, o executado ficou inerte e, após requerimento do exequente, o juiz acionou o convênio com o Banco Central para bloqueio do numerário nos ativos financeiros da empresa. A ferramenta de bloqueio conseguiu, após várias tentativas, capturar R\$ 20.000,00 das contas do executado.

Diante dessa situação e das disposições da CLT, assinale a afirmativa correta.

A) A empresa poderá, de plano, ajuizar embargos à execução, que serão apreciados, porque não é necessária a garantia do juízo.

B) O executado ainda não poderá ajuizar embargos à execução e, se o fizer, não serão apreciados, porque o juízo não se encontra integralmente garantido.

C) Os embargos à execução podem ser ajuizados e apreciados, porque já se conseguiu apreender mais da metade do valor exequendo, que é o requisito previsto na CLT.

D) A empresa não poderá embargar a execução, porque não existe tal previsão na CLT.

Gabarito: B

**Comentários:** A legislação estabelece que a oposição dos embargos à execução somente será apresentada após a garantia do juízo. Assim, considerando que o valor encontrado junto aos bancos não cobre a totalidade do valor devido, o juízo não se encontra garantido. Por isso, nos termos do art. 884, da CLT, não é oposição, na oportunidade, oferecer embargos à execução.

**4. (FGV – XXXVI Exame de Ordem Unificado).** Na audiência de uma reclamação trabalhista, estando as partes presentes e assistidas por seus respectivos advogados, foi homologado pelo juiz um acordo no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), tendo sido atribuído ao valor a natureza indenizatória, com as parcelas devidamente identificadas.

O reclamante e o INSS, cinco dias após, interpuseram recurso ordinário contra a decisão de homologação do acordo – o reclamante, dizendo-se arrependido quanto ao valor, afirmando que teria direito a uma quantia muito superior; já o INSS, insurgindo-se contra a indicação de todo o valor acordado como tendo natureza indenizatória, prejudicando a autarquia previdenciária no tocante ao recolhimento da cota previdenciária.

Diante do caso apresentado e nos termos da CLT, assinale a afirmativa correta.

A) Tanto o reclamante quanto o INSS podem recorrer da decisão homologatória, e seus recursos terão o mérito apreciado.

B) No caso, somente o reclamante poderá recorrer, porque o INSS não tem legitimidade para recorrer de recursos, já que não foi parte.

**C) Somente o INSS pode recorrer, porque, para o reclamante, o acordo valerá como decisão irrecorrível.**

D) Nenhuma das partes nem o INSS podem recorrer contra o acordo, porque a homologação na Justiça do Trabalho é soberana.

**Gabarito: C**

**Comentários:** O acordo homologado em audiência transita em julgado de maneira imediata para as partes, por isso não se admite interposição de recurso por qualquer dos litigantes, conforme o art. 831, da CLT. De outro modo, a União deve ser intimada para apreciar os termos do acordo no que tange às contribuições sociais que podem decorrer da decisão trabalhista, de maneira que o poder público poderá recorrer da decisão. Efetivamente, não é o INSS quem recorre, como constou na questão, mas a União.

**5. (FGV – XXXVI Exame de Ordem Unificado).** Após a admissão e o julgamento de um recurso de revista, um motorista por aplicativo, que requereu vínculo empregatício com uma plataforma, teve o seu pedido julgado improcedente por uma das turmas do Tribunal competente. Na mesma semana, outro recurso de revista foi julgado de forma diametralmente oposta por outra turma do mesmo Tribunal, reconhecendo o vínculo de emprego.

Diante desta contradição nos julgamentos, assinale a opção que indica o recurso cabível para uniformizar o entendimento desse Tribunal e em que órgão ele será apreciado.

**A) Embargos, para a Seção de Dissídios Individuais do TST.**

B) Recurso Ordinário, a ser julgado pelo órgão Pleno do TRT da Região.

C) Embargos de Declaração, a ser apreciado pelo STF.

D) Conflito Negativo de Competência, para o órgão especial do STJ.

**Gabarito:** A

**Comentários:** Na hipótese de divergência entre turmas do TST é possível a interposição de Embargos (de divergência) para a Subseção de Dissídios Individuais I, do TST.

Dispõe o art. 894. No Tribunal Superior do Trabalho cabem embargos, no prazo de 8 (oito) dias: (...)

II - das decisões das Turmas que divergirem entre si ou das decisões proferidas pela Seção de Dissídios Individuais, ou contrárias a súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho ou súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal.